

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

*Gestão de Estações Arqueológicas “Sem Construção”: o caso da Estação Arqueológica do  
Campus Universitário da Universidade Eduardo Mondlane*

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção  
do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade  
Eduardo Mondlane

Por: Anézia António Asse

Maputo, 2014

*Gestão de Estações Arqueológicas “Sem Construção”: o caso da Estação Arqueológica do  
Campus Universitário da Universidade Eduardo Mondlane*

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do  
grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade  
Eduardo Mondlane por Anézia António Asse

**Departamento de Arqueologia e Antropologia**  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: **Dr. Albino Pereira de Jesus Jopela**  
Co-supervisor: **dr. Hamilton Matsimbe**

Maputo, 2014

<b>O Júri:</b>			<b>Data</b>
<b>O Presidente:</b>	<b>O Supervisor:</b>	<b>O Openente:</b>	
_____	_____	_____	____/____/____

## **DECLARAÇÃO**

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicada no texto a bibliografia e fontes que utilizei.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha família, especialmente aos meus pais António Asse e Elisa Salomão Manusse (em memória), arquitectos da minha vida. Aos meus irmãos: Júlio Asse, Lili Chival, Asse Asse, Perpétua Asse, Sheila Chival e Lopes Chival.

## **AGRADECIMENTOS**

Mais difícil que o processo de elaboração desta dissertação é sem dúvidas encontrar palavras justas e certas para endereçar a todos os que contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Por isso, gostaria de expressar o meu mais profundo apreço:

Ao meu pai pelo apoio material e principalmente pelas palavras “mágicas” nos momentos difíceis. A minha mãe que em vida ensinou-me a saber sorrir sempre e lá do céu incutiu-me a maravilha de saber ouvir os outros. Aos meus irmãos pelo amor, atenção e pelos momentos de diversão.

Ao meu supervisor Dr. Albino Jopela pela orientação e incentivo durante as diferentes fases da elaboração deste trabalho, bem como pela disponibilização de parte significativa da bibliografia sobre esta temática.

Ao corpo docente do curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) pelos ensinamentos e por partilhar comigo a paixão pela Arqueologia e Gestão do Património Cultural. Especificamente a dra. Kátia Filipe pelas maravilhosas e divertidas experiências de trabalho na área de disseminação e educação patrimonial; ao Dr. Ricardo Teixeira Duarte e a dra. Yolanda Teixeira Duarte pelas valorosas e inesquecíveis práticas arqueológicas (incluindo mergulho, escavação e montagem de exposição museológica). A Prof.<sup>a</sup> Dra. Solange Macamo pela oportunidade que me concedeu de adquirir experiência prática de trabalho na área de gestão do património na Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC).

Ao técnico superior da Direcção de Infra-estrutura e Manutenção, Arq. Roberto André João, pelo apoio e material de consulta disponibilizado. À Direcção de Administração do Campus Universitário, em especial ao dr. Carlos Fochiço pela entrevista concedida.

A minha amiga Vânia Banze, aos meus mais que colegas Celso Simbine, Hélio Conge, Chafim Braga, Yara Da Cruz, Mussagi Alde, Orlando Gulube, Campos Mucasse, Edson Guambe, Jamal Anli e de forma especial ao César Mahumane pelo companheirismo, discussões e momentos de diversão.

## **SIGLAS**

<b>AD</b>	Ano Domini (“Nossa Era” <i>n.e</i> )
<b>AGPC</b>	Arqueologia e Gestão do Património Cultural
<b>ASDI/ SIDA</b>	Agência Sueca Para o Desenvolvimento
<b>BBM</b>	Biblioteca Brazão Mazula
<b>CP</b>	Complexo Pedagógico
<b>DAA</b>	Departamento de Arqueologia e Antropologia
<b>DACU</b>	Direcção de Administração do Campus Universitário
<b>DIM</b>	Direcção de Infraestrutura e Manutenção
<b>DNPC</b>	Direcção Nacional do Património Cultural
<b>DPJ</b>	Departamento de Parques e Jardins
<b>GPS</b>	Geograph Position System
<b>GTZ</b>	Sociedade para a Cooperação Técnica Alemã
<b>ICOMOS</b>	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios ( <i>Internacional Council of Monuments and Sites</i> ).
<b>SAREC</b>	Sweden Archaeological Resesch (Agência Sueca para a Cooperação Científica)
<b>UEM</b>	Universidade Eduardo Mondlane
<b>UOFU</b>	Urban Origins of Follow Up

## ÍNDICE

RESUMO.....	9
Capítulo 1. Introdução .....	10
1. Definição do problema.....	10
1.2. Objectivos do trabalho .....	11
1.2.1. Objectivo geral .....	11
1.2.2. Objectivos específicos .....	11
1.3. Relevância do estudo.....	12
1.4. Objecto de estudo .....	12
1.5. Método do estudo .....	13
1.5.1. Pesquisa bibliográfica e revisão da literatura .....	13
1.5.2. Trabalho de campo .....	13
1.5.3. Análise e processamento de dados .....	15
Capítulo 2. Gestão de estações arqueológicas “sem construção” .....	16
2.1. Quadro teórico-conceitual .....	16
Capítulo 3. Estação Arqueológica do Campus Universitário da UEM.....	21
3.1. Localização e caracterização física .....	22
3.2. Enquadramento histórico.....	23
3.3. Significado cultural .....	24
3.4. Estado de conservação .....	27
Capítulo 4. A Gestão da Estação Arqueológica do Campus Universitário.....	28
4.1. Quadro legal .....	29
4.2. Quadro institucional .....	30
4.3. Recursos para a gestão .....	31
Capítulo 5. Experiências de gestão de estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique .....	32
5.1 Estação Arqueológica de Chibuene.....	33
5.1.1. Breve historial .....	33
5.1.2. Experiências e práticas referentes a gestão e conservação.....	35
5.2. Estação Arqueológica da Matola.....	37
5.2.1 Breve historial .....	37
5.2.2 Experiências e práticas referentes a gestão e conservação.....	39
5.3. Discussão.....	40
Capítulo 6. Considerações Finais.....	41
Anexo 1. Guião das entrevistas.....	48
Anexo 2. Lista dos entrevistados .....	51

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estação Arqueológica do Campus Universitário.....	22
Figura 2- Mapa da Localização da Estação Arqueológica do Campus Universitário.....	22
Figura 3- Mapa da área afectada pelas pesquisas arqueológicas na estação arqueológica do Campus Universitário desde 1981/82.....	24
Figura 4- Material cerâmico da estação arqueológica do Campus Universitário.....	26
Figura 5- Moradores circunvizinhos usando a estação arqueológica do Campus Universitário como via de acesso entre os Bairros da Coop e Polana Caniço “A” .....	27
Figura 6- Actividade comercial na área circundante à estação arqueológica do Campus Universitário.....	28
Figura 7- Vista parcial da estação arqueológica de Chibuene.....	34
Figura 8- Concheiro da estação arqueológica de Chibuene sob efeito da erosão causada pela erosão costeira .....	35
Figura 9. Placas de sinalização colocadas nas vias de acesso para se chegar, a estação arqueológica de Chibuene.....	37
Figura 10. Museu arqueológico de Chibuene.....	37
Figura 11. Placas de sinalização colocadas nas vias de acesso para se chegar, a estação arqueológica de Chibuene.....	38
Figura 12. Estação arqueológica da Matola.....	38
Figura 13. Vistas parciais da estação arqueológica da Matola em 1986 (esquerda) e 2014 (direita).....	41

## **RESUMO**

Este projecto de pesquisa analisa como as estações arqueológicas actualmente “sem construção”, isto é, sem estruturas arqueológicas visíveis à superfície são geridas em Moçambique. A pesquisa baseia-se na documentação e avaliação do significado cultural da estação arqueológica do Campus Universitário; na análise do sistema de gestão do património cultural em vigor no país; na revisão da literatura referente a gestão de estações arqueológicas, com enfoque para estações “sem construção”, incluindo a legislação patrimonial em Moçambique; na pesquisa etnográfica sobre as experiências e práticas de gestão das estações arqueológicas de Matola, na província de Maputo e de Chibuenne, na província de Inhambane.

Este estudo parte do pressuposto de que apesar de muitas das estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique possuírem um enorme valor sob ponto de vista arqueológico, as mesmas não beneficiam ainda de um sistema de gestão que garante a sua protecção efectiva. Este facto tem contribuído sobremaneira para a destruição deste tipo de estações arqueológicas, principalmente no meio urbano, dada a crescente pressão dos vários projectos de desenvolvimento imobiliário. A destruição destas estações arqueológicas deriva igualmente, em parte, do facto de que grande parte da atenção em termos de conservação e gestão de estações arqueológicas por exemplo através da elaboração de planos de gestão por parte da entidade gestora e dos depositários do património, dá primazia as estações arqueológicas com construção (estações arqueológicas com estruturas arqueológicas visíveis à superfície).

Para além da discussão e análise da problemática acima descrita, tendo como objecto de estudo a estação arqueológica do Campus Universitário, este projecto de pesquisa apresenta algumas propostas concernentes a estratégias de gestão para estações arqueológicas sem construção em Moçambique. As propostas de gestão derivam não só da análise da situação concreta de um caso de estudo, mas também da reflexão em torno das experiências no concernente a gestão e conservação de duas outras estações arqueológicas sem construção em Moçambique, as estações arqueológicas da Matola e de Chibuenne.

## Capítulo 1. Introdução

Moçambique é caracterizado pela existência de um vasto e diversificado património arqueológico, composto na sua maioria por estações arqueológicas “sem construção” (sem estruturas arqueológicas visíveis à superfície), mas com um enorme valor sob o ponto de vista científico, espiritual, arquitectónico, histórico e arqueológico (ver por exemplo Adamowicz 1987; Sinclair 1987; Morais 1988). Cada estação arqueológica, constitui um bem único, insubstituível e não renovável, sendo que a sua degradação ou desaparecimento constitui uma perda irreparável para as sociedades contemporâneas dos locais onde estas estações se encontram, bem como para a humanidade no seu todo (ICOMOS 1990:2; Macamo 2006). Nesse sentido, a conservação e gestão efectiva desta categoria de bens imóveis do património cultural são imprescindíveis para garantir que o seu potencial científico possa ser explorado através de pesquisas arqueológicas e que o conhecimento sobre as sociedades humanas do passado possa então ser disseminado (Jopela 2010:15; CRATERRE-ENSAG-UNESCO 2002:26).

Apesar da sua significância, grande número de estações arqueológicas “sem construção” encontra-se constantemente ameaçadas por factores como projectos de desenvolvimento de infra-estruturas (construção de estradas em zonas rurais, edifícios em zonas urbanas) ou exploração de recursos naturais, como o carvão mineral (Macamo 1996:814), sem que hajam estudos de impacto arqueológico ou mediadas de mitigação adequadas. É neste contexto que o presente estudo centra-se na análise da *gestão de estações arqueológicas “sem construção”*, tendo como estudo de caso a estação arqueológica do Campus Universitário da Universidade Eduardo Mondlane, na cidade de Maputo.

### 1. Definição do problema

As estações arqueológicas “sem construção” debatem-se com vários problemas decorrentes de factores naturais como as condições climatéricas, a erosão provocada pela acção da chuva e do vento, bem como factores humanos como a rápida expansão das zonas urbanas (desenvolvimento urbano não controlado) (Matero 1998; Giblin *et al.* 2011). Factores como a implantação de pequenos e grandes projectos de desenvolvimento, associados a falta de conhecimento da legislação sobre o património arqueológico ou mesmo negligência por parte

de vários actores sociais, tem contribuído sobremaneira para o desaparecimento destas estações arqueológicas em Moçambique (Teixeira 2012) e em outras partes do Mundo (Araoz 2011). Por outro lado, os esforços com vista a gestão do património cultural imóvel em Moçambique, com a excepção de alguns casos (por exemplo a estação arqueológica de Chibuenne na província de Inhambane), têm-se centrado na preservação de sítios com construção (estruturas arqueológicas visíveis à superfície).

Geralmente, a falta de marcos físicos á superfície das estações contribuí com que, em muitas partes do continente africano, muitas estações arqueológicas “sem construção” sejam destruídas mesmo no âmbito dos estudos de impacto arqueológico por se considerar que possuem uma significância baixa (sem valor cultural que justifique a sua preservação) (ICOMOS 2004). Considerando que nem todas estações podem e devem ser preservadas, bem como a exiguidade de recursos humanos, financeiros e materiais para gestão do património cultural em Moçambique, torna-se pertinente reflectir sobre estratégias para uma eficiente gestão desta categoria do património arqueológico. Como conservar e gerir de forma efectiva e sustentável as estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique?

## **1.2. Objectivos do trabalho**

### **1.2.1. Objectivo geral**

Analisar os sistemas de gestão para as estações arqueológicas “sem construção” tendo como estudo de caso a estação arqueológica do Campus Universitário da UEM.

### **1.2.2. Objectivos específicos**

1. Documentar e avaliar o significado cultural da estação arqueológica do Campus Universitário da UEM;
2. Analisar o sistema de gestão de estações arqueológicas sem construção com base em alguns exemplos de Moçambique;
3. Discutir aspectos da gestão da estação arqueológica do Campus Universitário da UEM;
4. Apresentar algumas propostas de estratégias para a gestão efectiva e sustentável de estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique.

### **1.3. Relevância do estudo**

Moçambique não possui ainda um modelo ou sistema integrado e padronizado visando a gestão de estações arqueológicas. É na sequência desta constatação que surge o interesse em reflectir sobre a vulnerabilidade das estações arqueológicas em Moçambique, principalmente as que actualmente estão “sem construção”. Espera-se que este estudo possa, em parte, contribuir para o preenchimento da lacuna actualmente existente no concernente a conservação e gestão de estações arqueológicas no seu todo em Moçambique.

A outra motivação para a escolha deste tema prende-se ao facto de, no geral, as estações arqueológicas “sem construção” constituírem a chave para a compreensão e análise do complexo cultural do passado. Estas estações arqueológicas constituem um banco de dados necessário não só para a reconstituição do modo de vida das sociedades humanas passadas, mas também para comprovar as alterações dos regimes climáticos, geomorfológicos e biológicos no país ao longo dos milhares de anos da ocupação humana (Adaimowicz 1988:86). Contudo, a inexistência de estruturas arqueológicas visíveis à superfície aumenta significativamente o risco de destruição de estações arqueológicas “sem construção”, principalmente em ambientes urbanos e per-urbanos dada a crescente pressão imobiliária e construção de infra-estruturas. A estação arqueológica do Campus Universitário constitui um exemplo ilustrativo deste cenário: estação arqueológica “sem construção” cujo valor arqueológico e sobejamente conhecido (ver Sinclair *et al.* 1987) mas que actualmente está sob grande pressão no contexto da expansão imobiliária (construção de salas de aula), em curso no Campus da Universidade Eduardo Mondlane.

### **1.4. Objecto de estudo**

A estação arqueológica do Campus Universitário da UEM é um local ou sítio classificado de acordo com a Lei 10/88 de 22 de Dezembro, como sendo um bem cultural imóvel. Desde a sua identificação em 1975 e subsequente trabalhos arqueológicos na sua maioria na década de 1970 e 1980, a estação não beneficiou de qualquer programa de conservação e gestão ou disseminação. Apesar do seu valor científico, a estação é pouco conhecida no seio dos vários actores sociais, alguns dos quais com responsabilidades na gestão do Campus Universitário onde esta estação se encontra localizada.

## **1.5. Método do estudo**

A presente pesquisa baseou-se em três técnicas e momentos distintos mas complementares, nomeadamente: pesquisa bibliográfica e revisão da literatura; trabalho de campo e análise e interpretação dos resultados.

### **1.5.1. Pesquisa bibliográfica e revisão da literatura**

A pesquisa bibliográfica consistiu na identificação, recolha e selecção de literatura em diversas fontes/locais. Destaque foi para a Biblioteca Brazão Mazula e biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia, ambas situadas no Campus Principal da UEM. Parte da literatura foi igualmente acessada em revistas científicas internacionais através de motores de busca da internet (Google Académico), tendo sido igualmente cedida pelo corpo docente. Esta literatura permitiu a identificação dos conceitos-chave sobre a temática em estudo (por exemplo: património arqueológico, estações arqueológicas “sem construção”, significado cultural, gestão do património, sistemas de gestão, entre outros), bem como o enquadramento teórico da matéria, que é apresentado no capítulo 2 desta dissertação. A pesquisa bibliográfica abrangeu igualmente recolha de informação na Direcção Administração Campus Universitário e a Direcção Infraestrutura e Manutenção, especificamente para a consulta de plantas e projectos de desenvolvimento de infra-estruturas no Campus Principal da UEM.

### **1.5.2. Trabalho de campo**

O trabalho de campo abarcou duas componentes: documentação da estação arqueológica e pesquisas etnográficas no terreno (entrevistas). A documentação da estação consistiu no levantamento de dados referentes a localização exacta (coordenadas geográficas) retiradas no local com recurso a um telemóvel (Samsung Galaxy Pocket GTS 5301), com GPS<sup>1</sup> usos correntes e actual estado de conservação da estação com base na observação directa, bem

---

<sup>1</sup> *Global Position System* (Sistema de Posicionamento Geográfico).

como no registo fotográfico da estação com recurso um telemóvel (Samsung Galaxy Pocket GTS 5301).

A segunda componente do trabalho de campo, a pesquisa etnográfica de terreno (entrevistas), serviu de base para a avaliação do significado cultural bem como o levantamento de dados e análises referentes a gestão do sítio. As entrevistas foram semiestruturadas e basearam-se num guião previamente elaborado (ver guião de entrevistas em anexo 1). Segundo Omar (2003:25) a importância da entrevista semiestruturada está no facto dela focalizar em um assunto sobre o qual se elabora o guião de perguntas principais, geralmente complementadas por outras questões que momentaneamente possam surgir no decorrer da entrevista, uma vez que as respostas não estão condicionadas a um padrão de alternativas.

O guião de entrevistas foi orientado para os diferentes grupos sociais identificados como partes interessadas (*stakeholders*)<sup>2</sup> na conservação e gestão da estação do Campus Universitário. A nível institucional identificou-se como parte interessada a Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC) entidade que superentende a protecção e conservação de bens do património cultural em Moçambique. Nesta categoria figuram igualmente como partes interessadas a Direcção Administração Campus Universitário (DACU) e a Direcção Infraestrutura e Manutenção (DIM) da UEM por serem os actores que gerem o espaço do Campus Universitário.

O segundo das partes interessadas contempla, indivíduos que mesmo sem mandato legal/institucional para intervenção, possuem interesse e são utilizadores do espaço do Campus Universitário. Fazem parte deste grupo os moradores circunvizinhos do Campus Universitário Principal (especificamente os residentes dos Bairros Polana Caniço “A” e

---

<sup>2</sup> Parte interessada ou interveniente (em Inglês, *stakeholder*), é um termo usado em diversas áreas como gestão de projectos, administração financeira, neste contexto específico, gestão do património cultural, referente às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governação executadas pela entidade gestora/responsável. De um modo geral, o termo compreende todos os envolvidos em um *processo*, que pode ser de carácter temporário (como um projecto) ou duradouro (como o cuidado de um bem cultural imóvel). O sucesso de qualquer empreendimento (cultural, financeiro, etc) depende da participação de suas partes interessadas e por isso é necessário assegurar que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores, neste caso, gestores do património cultural (adaptado de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Stakeholder>, acessado em 3 de Dezembro de 2014).

Somersfield 2), os estudantes residentes na residência universitária do Campus Principal (Tangara), arqueólogos e investigadores com experiência de trabalho na estação, estudantes do curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural da UEM, a senhora que pratica agricultura (tem a sua manchamba) no espaço identificado como parte da estação arqueológica e os vendedores informais que também ocupam o espaço da estação.

### **1.5.3. Análise e processamento de dados**

A terceira componente privilegiou a análise e processamento de dados, nomeadamente: transcrição e análise das entrevistas, preparação e selecção do material ilustrativo (mapas e fotografias) para dissertação bem como, a redacção da dissertação seguindo o plano temático definido. O plano temático desta dissertação comporta seis capítulos. O primeiro capítulo constitui a parte introdutória do trabalho englobando a definição do problema, o objecto e a relevância do estudo, o objecto de estudo, bem como os métodos utilizados na pesquisa. O segundo capítulo comporta a revisão de literatura. Aqui apresenta-se o quadro teórico-conceptual relacionado com os sistemas de gestão do património cultural em Moçambique, em particular, com enfoque para as estações arqueológicas “sem construção”, bem como as várias abordagens referentes as estratégias de gestão destas estações arqueológicas em Moçambique e no mundo.

O terceiro capítulo é dedicado a apresentação e documentação do objecto de estudo, a estação arqueológica do Campus Universitário da UEM, incluindo a sua localização, caracterização física, enquadramento histórico, significado cultural e estado de conservação. O quarto capítulo discute a gestão da estação arqueológica do Campus Universitário, incluindo o quadro legal, quadro institucional e os recursos (humanos, financeiros e materiais) para a gestão efectiva e sustentável desta estação arqueológica. O quinto capítulo centra-se na apresentação e análise das experiências de gestão de estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique, nomeadamente as estações arqueológicas de Chibuenne (na província de Inhambane) e Matola (na província de Maputo). Por último, o sexto capítulo dedica-se as conclusões do estudo e as considerações finais no concernente a gestão de estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique.

## Capítulo 2. Gestão de estações arqueológicas “sem construção”

### 2.1. Quadro teórico-conceptual

A gestão de estações arqueológicas “sem construção” em África e em algumas sociedades não Ocidentais, tem sido afectado por diversos factores nomeadamente: a pressão da água tanto da chuva como do mar, o vento, o desenvolvimento urbano não controlado, os conflitos armados, a falta de recursos materiais e humanos para uma gestão efectiva, a legislação patrimonial que tende a favorecer estações arqueológicas com construção (edifícios arqueológicos à superfície), negligenciando as estações arqueológicas sem construção (Ngoro, Mumma & Abungu 2008:1). O termo *gestão* é usado em várias áreas do saber. Na área do património cultural o termo é entendido como sendo todos os procedimentos que visam a conservação planeada do significado cultural existente, identificados e avaliados de modo a prevenir a decadência ou destruição devido a negligência, ignorância ou indiferença por parte de vários actores sociais (Ngoro 2005:4; UNESCO *et al.* 2013:23). No presente estudo, *gestão* refere se aos processos que visam cuidar das estações arqueológicas incluindo os bens culturais nelas existentes e manter o seu significado cultural, isto é todos os valores a ela atribuído pelas partes interessadas (Jopela 2014:8).

A gestão e salvaguarda do património cultural em Moçambique têm, desde a independência do país em 1975, constituído objecto de interesse e motivo de preocupação por parte de diferentes grupos sociais (políticos, académicos). Por exemplo, em 1989 Ricardo Teixeira Duarte chamava atenção para a importância dos estudos sobre o património cultural patente nos grupos étnicos para a promoção da unidade nacional, enraizada nos valores do património cultural (Duarte 1989). No concernente aos esforços de gestão do património, entre 1978 e 1982, foi elaborado pelo Serviço Nacional dos Museus e Antiguidades um inventário Nacional das estações arqueológicas com: cerca de 200 estações arqueológicas pertencentes a Idade da Pedra, 252 pertencentes a Idade do Ferro e 20 estações com pinturas rupestres (Macamo 1996).

A partir de 1988 o património cultural moçambicano passa a ser classificado e protegido por Lei, a Lei 10/88 de 22 de Dezembro sobre a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Em 1991 foi dada a prioridade para a gestão de estações

arqueológicas com a criação do Departamento dos Monumentos do Ministério da Cultura. A partir de 1994 o património arqueológico passa a gozar de protecção especial através do Decreto 27/94 sobre a protecção do património arqueológico (Macamo 1996:814). Apesar destes esforços com vista a gestão do património cultural, existem ainda muitas estações arqueológicas “sem construção” que apresentam sinais de desvalorização. Grande parte deste problema deriva no entender de Macamo (1996:814), do abandono pelas autoridades locais das estações arqueológicas assim com a monitoria dos planos de gestão não é satisfatória devido a escassez dos recursos humanos para a gestão de estações arqueológicas.

Um dos processos usados na gestão de estações arqueológicas é a *preservação* entendida no geral como o processo que, visa garantir a manutenção da estrutura original do bem cultural imóvel, a tomada de todas medidas cautelares para retardar a sua deterioração ou alteração (Macamo2003:5).

Por seu turno, *estação arqueológica* pode ser definida como um conjunto de circunstâncias arqueológicas, que pode ser definida como um grupo de artefactos, a uma distância de um ou de dois objectos numa dada área. Assim, uma estação arqueológica pode ser vista de forma pragmática e proveitosa, como local onde o arqueólogo escolheu para trabalhar ou onde foi levado a cabo um trabalho arqueológico (Hall 1996: 12). Contudo, estação arqueológica não deixa de ser um conceito problemático dada a dificuldade em determinar onde uma estação começa e termina.

Decorrente disto, a pesquisa adopta o conceito de estação arqueológica patente no Decreto 27/94, de 20 de Julho, segundo a qual considera, *estação arqueológica* todos os elementos arqueológicos, considerados, ao abrigo da Lei número 10/88, de 22 de Dezembro, como bens classificados do património cultural, incluindo a zona de protecção e vias de acesso, onde existam indícios evidentes ou vestígios de bens materiais móveis e imóveis ou qualquer outro traço da existência do homem, que tenha sido detectado ou possa vir a ser detectado à superfície, no subsolo, leito de águas interiores e plataforma continental, e que deverão ser preservados *in situ* (Decreto 27/94 1994:2). No âmbito deste trabalho, emprega-se o conceito de estação arqueológica descrito acima, sendo o termo *estação arqueológica* “*sem construção*” referentes as estações arqueológicas que não apresentam nos dias de hoje nenhum vestígio de construção visível à superfície.

As estações arqueológicas em Moçambique constituem parte do nosso legado do passado e por isso, possuem dependendo da sua natureza, diverso significado cultural (Jopela 2010:15). O *significado cultural* é entendido como sendo o conjunto de valores (por exemplo, valor histórico, científico, espiritual, social, político, entre outros) resultado do julgamento e da avaliação social de significados passados e presentes. A avaliação é feita no presente e utilizada como referência aos significados e valores do passado apoiado a um instrumento de memória reconhecidos pela sociedade (Lacerda e Zancheti 2012:39). O presente estudo, adopta-se a definição de *significado cultural* proposta pela Carta de Burra, elaborada pelo ICOMOS<sup>3</sup> Austrália. Segundo esta, o significado cultural é uma atribuição social relativa de qualidade que se dá às estações arqueológicas. Estes valores são diferentes para diferentes indivíduos e grupos e pode variar ao longo do tempo, a coexistência de valores culturais precisam ser conhecidos, respeitados e encorajados. Atenção especial deve ser dada para o que se considera culturalmente importante (Carta de Burra 1999).

Estabelecer o significado cultural de um bem do património cultural e a preparação da declaração do significado cultural é o pré-requisito para desenvolver qualquer política de conservação. O conceito de significado cultural, ajuda a identificar e avaliar os atributos que fazem das estações arqueológicas um lugar de valor para a sociedade, assim como a entender o passado ou a enriquecer o conhecimento presente e este mesmo valor poderá servir as futuras gerações (Carta de Burra 1999:5; Jopela 2014:32). As estações arqueológicas são imbuídas de um valor arqueológico.

No geral as estações arqueológicas com importante significado cultural são geridas através de vários sistemas, desenvolvidos e aplicados de acordo com o contexto de cada área. Alguns sistemas de gestão são concebidos e adaptados para operar a nível nacional, outros a nível provincial ou ainda, a nível local. O propósito dos sistemas de gestão é assegurar a conservação dos valores do património cultural. O sucesso destes sistemas dependem da eficiência, da abordagem empregada, investimento no relacionamento entre o bem do património e a sociedade através de um exame constante para encontrar cada vez mais melhores formas de gestão (UNESCO *et al.* 2013:24; CRATerre-ENSAG & UNESCO 2002:32). *Património arqueológico*: abrange o conjunto dos bens móveis e imóveis de valor

---

<sup>3</sup>Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (*Internacional Council of Monuments and Sites*)

arqueológico, paleontológico, antropológico ou geológico, relacionados com as gerações antepassadas, encontradas por meio de descobertas fortuitas, prospecções ou escavações arqueológicas, bem como os que venham ainda a ser descobertos ou escavados. O património arqueológico inclui ainda os estudos, registos e resultados de análises laboratoriais ou outros provenientes de prospecções e escavações arqueológicas. (Decreto nº 27/94 1994:2).

No geral os sistemas de gestão compõem três principais elementos, nomeadamente: o quadro legal este define as razões da sua existência, o quadro institucional define a organização responsável pela governação do património (tomada de decisão) e os recursos (humanos, financeiros e intelectuais) usados para fazer funcionar o sistema de gestão. Estes elementos possibilitam a realização de três processos críticos no ciclo de gestão, nomeadamente: a planificação, implementação e monitoria das acções que garantem a conservação e gestão dos bens patrimoniais (UNESCO *et al.* 2013:54). No concernente ao sistema de gestão de estações arqueológicas em Moçambique tem-se como um dos elementos a nível do quadro legal, a Lei 10/88 e o Decreto 29/94, sendo que o quadro institucional é liderado pela DNPC que é a instituição legalmente mandatada para proteger e conservar estações arqueológicas em território Nacional. Portanto a gestão efectiva e sustentável de estações arqueológicas “sem construção” depende da robustez do quadro legal e institucional aliado a existência de recursos para garantir a salvaguarda dos bens patrimoniais. Em 1996 e 2006 Solange Macamo descreveu o cenário problemático e analisou os desafios referentes a gestão do património em Moçambique (Macamo 1996, 2006). Apesar do cenário apresentar melhorias significativas em 2014, permanecem ainda muitos desafios (Jopela & Macamo 2014).

Os sistemas de gestão do património podem existir e operar em dois contextos distintos, nomeadamente, a nível do Estado e suas instituições, ao qual designa-se sistema formal ou moderno de gestão, ou a nível das comunidades locais (na sua maioria no meio rural), normalmente designado de sistema tradicional de gestão (Jopela 2006). O sistema tradicional enquanto plataforma de gestão do património é anterior ao processo de colonização. Este é regido por leis consuetudinárias (direito costumeiro) que são aplicadas pelas diversas estruturas sociopolíticas e religiosas tradicionalmente instituídas pelas comunidades. Os sistemas tradicionais orientam-se pelas necessidades do dia-a-dia (usos e práticas) das comunidades e legitimadas pelos direitos históricos de uso e aproveitamento dos recursos

naturais e culturais existentes e disponíveis localmente (Jopela 2011). As comunidades locais protegem o que consideram culturalmente importante, visto que ao longo do tempo foram estabelecendo fortes ligações com as estações arqueológicas. Através de leis conseguem geralmente proteger, passar o seu valor para o benefício comum e preservar-las o mais tardar possível para as futuras gerações (Jopela 2014:55; Marandze 2003:3).

Com a colonização, os sistemas formais de gestão foram introduzidos em todo o continente Africano. No quadro destes sistemas, a gestão do património passou a ser regida por um conjunto de instrumentos legais (legislação cultural); implementada através de processos administrativos definidos pelo Estado; orientada e informada pela ciência (Arqueologia, História, Conservação e outras áreas do saber); e dirigida pelos profissionais ou especialistas em património (Mumma 2005). Uma das implicações práticas deste cenário foi que com a introdução da legislação cultural, os sítios do património tornaram-se propriedade do Estado (Smith 2004). O sistema formal de gestão do património cultural em Moçambique iniciou em 1943, com a promulgação do Diploma Legislativo no 825 e subsequente criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (Jopela 2006).

Para além dos dois sistemas de gestão (formal e tradicional) que existem em Moçambique, é necessário igualmente frisar que a conservação e gestão de estações arqueológicas pode ser feita baseando-se em duas abordagens diferentes: abordagem convencional ou *monumentalista* e a abordagem baseada nos valores do património ou *holística* (UNESCO *et al.* 2013:25). A *abordagem convencional* tem sua origem e alicerces no movimento moderno de conservação no mundo Ocidental, estando voltada para a conservação da materialidade ou tecido do património (*fabric*)<sup>4</sup>. Nesta abordagem, o processo de conservação começa com a identificação e definição da estação arqueológica a proteger (tendo como base a legislação vigente no território), a avaliação do estado de conservação do imóvel e planeamento das intervenções físicas com vista a retardar ao máximo a acção dos agentes/factores de deterioração (*Ibid:* 25-26). Por seu turno a *abordagem baseada no significado cultural* (*holística*) defende a conservação do património (incluindo estações arqueológicas) baseada no significado cultural atribuído pelos depositários ou partes interessadas (diversas

---

<sup>4</sup> Tecido significa todo o material físico do local, incluindo componentes, acessórios, conteúdos e objectos (Carta de Burra 1999:2).

comunidade)<sup>5</sup>. Esta abordagem parte do pressuposto de que os indivíduos atribuem valores culturais (económico, espiritual, político, social, entre outros) aos locais e sítios. Portanto, os planos de gestão de sítios patrimoniais devem ser elaborados no sentido de salvaguardar tais valores (*Ibid*: 2013:26-17; Jopela 2014). Nos casos em que há conflitos de valores é preciso que se faça um julgamento balanceado, baseado na sequência hierárquica dos valores culturais em causa através de um processo de avaliação para que se estabeleça uma metodologia adequada de conservação e gestão (Feilden e Jokilehto 1993:60).

### Capítulo 3. Estação Arqueológica do Campus Universitário da UEM



Figura 1. Estação Arqueológica do Campus Universitário (Foto: Albino Jopela, 2014).

---

<sup>5</sup> *Comunidade* é entendida como sendo um agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior à esta, que visa salvaguardar os interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, agrícolas, florestas, sítios de importância cultural (Duarte, 1999:9 citado por Jopela 2006:26).

### 3.1. Localização e caracterização física

A estação arqueológica do Campus Universitário localiza-se na cidade de Maputo, no Campus Principal da Universidade Eduardo Mondlane, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude 25° 95'071" S e 32° 59'442"E longitude (Figura 2).

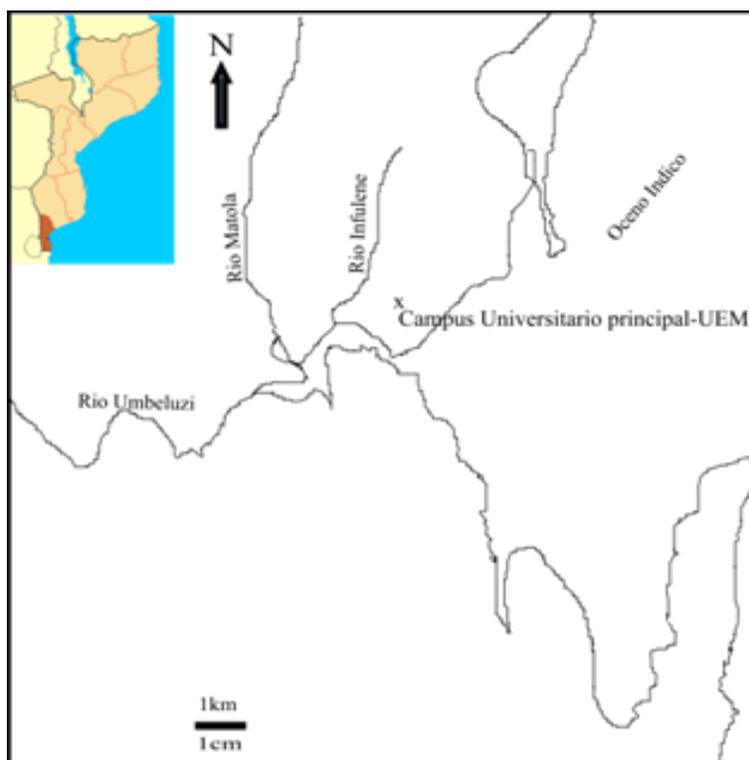


Figura 2. Mapa da localização da estação arqueológica do Campus Universitário (Fonte: adaptado de Sinclair *et al.* 1987:7).

Em termos do contexto natural, o clima da região é seco de estepes com temperaturas médias anuais entre 23°C a 26°C e a pluviosidade anual varia de 580 a 590 mm (Siteo 2003:8-10). Os solos são de origem aluvionar de textura e fertilidade média. Possuem uma aptidão razoável para prática agrícola. O tipo de solo mais comum de identificar é vermelho sendo que caracterizam-se por uma camada castanho-vermelha, por vezes muito escura e estrutura granulosa com espessura que varia de 10 a 25cm (Gouveia e Azevedo 1949:13). Por seu turno, a vegetação é de planícies abertas de capim composta por árvores de grande e pequeno porte dispersas na sua maioria do tipo estepes. O capim varia de lugar para lugar (Ministério da Administração Estatal 2005:15-16).

### 3.2. Enquadramento histórico

A estação arqueológica de Campus Universitário da UEM apresenta diversos materiais arqueológicos identificados por vários arqueólogos ao longo das diversas campanhas de pesquisa que tiveram lugar. A estação foi pela primeira vez identificada por Ricardo Teixeira Duarte em 1975. No mesmo ano, Teresa Cruz e Silva, efectuou escavações arqueológicas. Em 1981 Leonardo Adamowicz efectuou escavações de três trincheiras no âmbito de práticas arqueológicas. Entre 1984-85 Paul Sinclair, Nydolf e Wickman-Nydolf realizaram pesquisas arqueológicas na estação tendo publicado os resultados numa monografia intitulada *Excavations at The University Campus Maputo, Mozambique 1984-85* (Sinclair et al. 1987).

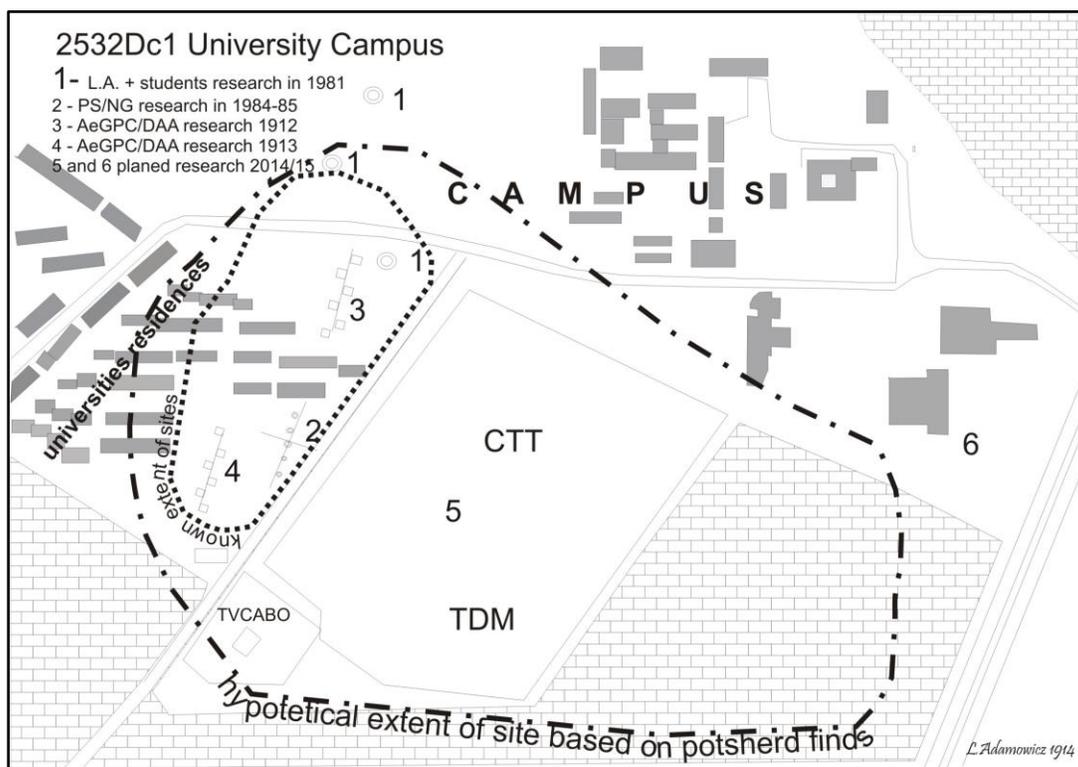


Figura 3<sup>6</sup>. Mapa da área afectada pelas pesquisas arqueológicas na estação arqueológica do Campus Universitário desde 1981/82 (Mapa: Leonardo Adamowicz).

<sup>6</sup> Erro gráfico, os números 2 & 4 são referentes aos anos de 2012-2013 ao invés de 1912/1913, como está referenciado.

Cruz e Silva (1976, 1980) e Sinclair *et al.* (1987) identificaram e colectaram evidências de material cerâmico á superfície pertencente à tradição Matola. O material cerâmico apresenta similaridades ao material cerâmico já encontrado nas estações arqueológicas de Matola, Caimane e Zitundo. A estação arqueológica apresenta uma característica ambiental interessante, também identificada em outras estações da Idade do Ferro Inferior e da tradição Matola (pertencente as Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores do primeiro milénio, entre os séculos III-VII AD), em particular na região Sul de Moçambique, que é a localização próximo a costa (Sinclair *et al.* 1987:8).

O Campus Universitário da UEM encontra se a uma distância de 1km em relação ao mar, o que corresponde as preferências dos padrões de assentamento das Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores, nas zonas planas próximas a costa para exploração de recursos marinhos, argumento sustentado pelas evidências arqueológicas de conchas muitas vezes encontradas. De acordo com a quantidade de evidências descobertas de material cerâmico, carvão, escórias de ferro, restos de cereais, restos faunísticos, todas estas evidências associadas a ausência de estruturas de casa de dhaka, a sua interpretação dá a entender que a estação arqueológica do Campus Universitário terá sido um local de habitação de povos falantes de línguas Bantu Semi-sedentários (*Ibid*: 9-10).

### **3.3. Significado cultural**

De acordo com Jopela (2014:36), o *valor arqueológico* é característico de um sítio que proporciona ou tem um potencial para produzir conhecimento que não se pode obter em outro lugar. Este valor depende dos dados envolvidos ou da sua raridade, qualidade ou representatividade e no grau de atribuições futuras que o lugar pode fornecer. As evidências de material cerâmico encontrado na estação do Campus Universitário pertencem à tradição Matola. Esta cerâmica é particularmente importante devida as suas similaridades com as estações da Matola, Zitundo, Caimane (em Moçambique) e Silverleavers (na África do Sul, na província do Norte, antigo transvaal). A sua semelhança entre os processos de decoração dos recipientes e a sua forma une estações arqueológicas desde a Africa do Sul até ao Quénia, incluindo as estações de Silverleavers (Africa do Sul), Kwale (Kenya) e Nkope (Malawi). A estação do Campus Universitário da UEM proporciona o foco para uma análise espacial num contexto vasto de pesquisa em estações das Primeiras Comunidades de

Agricultores e Pastores datadas entre os séculos III- VII AD (Cruz e Silva 1976:5; Sinclair *et al.* 1987:8-15; Macamo 2009:20).

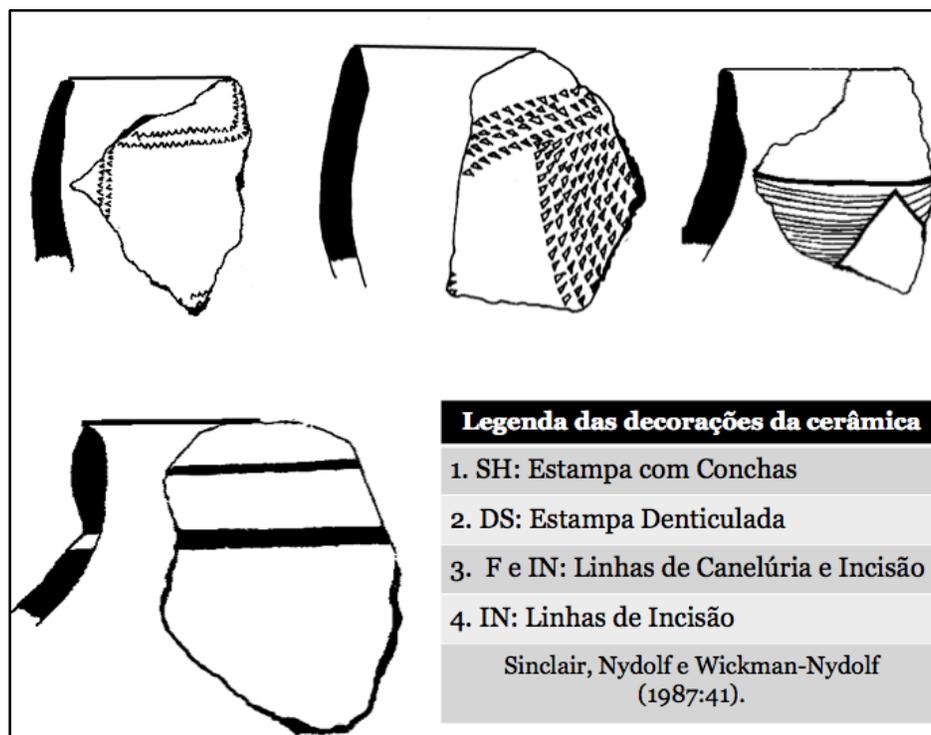


Figura 4. Material cerâmico da estação arqueológica do Campus Universitário (Fonte: Sinclair *et al.* 1987:41)

*O valor social* abrange as qualidades pelas quais o lugar se tornou um foco espiritual ou outra manifestação cultural, está relacionado com actividades sociais tradicionais e ao uso compatível do lugar no presente. Envolve igualmente uma interacção entre o imóvel e a comunidade, jogando um papel preponderante no estabelecimento da identidade cultural (Jopela 2014:37). A estação arqueológica do Campus Universitário, apesar de ter sido um lugar privilegiado para o assentamento das Comunidades de Agricultores e Pastores do primeiro milénio, hoje o espaço é usado como uma “via rápida” de acesso entre os Bairros da Polana Caniço “A”, Sommerschild e Coop.



Figura 5. Moradores circunvizinhos usando a estação arqueológica do Campus Universitário como via de acesso entre os Bairros da Coop e Polana Caniço “A” (Foto: Anézia Asse, 09.07.2014).

*O valor económico* no contexto da gestão é entendido como o valor gerado pelos bens culturais (recursos patrimoniais) ou pela acção da sua conservação e ou utilização (Jopela 2012:39). Portanto considera-se que um sítio possui valor económico na medida em, que há um valor monetário originado pela prática de determinadas actividades de rendimento no próprio sítio. A estação arqueológica do Campus Universitário situada num contexto urbano tem um valor económico, imobiliário visto que, para além de possibilitar que sejam erguidas construções como a réplica do complexo pedagógico, assim como o futuro Arquivo Histórico de Moçambique, são também realizadas actividades comerciais como a venda de produtos alimentares (como o lanche para os estudantes e trabalhadores do Campus) e o cultivo de pequenas machambas.

De realçar que os vários actores sociais (moradores circunvizinhos e comerciantes), desconhecem a existência de uma estação arqueológica no Campus Universitário. Esta facto contribui grandemente para que, os mesmos actores sociais desenvolvam e ou pratiquem actividades não acescentes na valorização do significado cultural que o sítio possui.



Figura 6. Actividade comercial na área circundante à estação arqueológica do Campus Universitário (Foto: Chafim Braga, 09.07.2014).

### 3.4. Estado de conservação

No geral o estado de conservação é avaliado através da apreciação do impacto de dois factores, naturais e humanos, sobre os elementos materiais e imateriais do imóvel. A acção destes dois factores tem influenciado, de uma forma positiva e/ou negativa, o estado de conservação da estação arqueológica do Campus Universitário. Dos factores naturais e humanos a estação arqueológica do Campus Universitário é directamente influenciada pelos factores humanos nomeadamente a falta de um plano de gestão do sítio, obras de construção civil, recursos humanos não familiarizados com assuntos do património, fraco conhecimento do significado cultural da estação e abertura de vias de acesso.

**Tabela 1. Estado de conservação da estação arqueológica do Campus da UEM**

<b>Factores Humanos</b>	<b>Impactos sobre a estação arqueológica</b>
Falta de um plano de gestão da estação arqueológica do Campus Universitário	Afecta negativamente a estação arqueológica na medida em que não existe um mecanismo directo (plano) que possa documentar e avaliar as melhores formas de conservação e

	disseminação do significado cultural da mesma.
Recursos humanos não familiarizados com assuntos do património	No geral a conservação dos sítios do património cultural por parte de vários actores sociais não é efectiva, tendo em conta que a disseminação sobre a conservação e gestão ainda não é abrangente isto é, os actores sociais não tomam consciência da existência do sítio a proteger. Assim o significado cultural da estação não é protegido, gerido e disseminado por não ser conhecida por vários actores sociais.
As comunidades circunvizinhas/público em geral (trabalhadores, estudantes no campus) desconhecem o significado cultural da estação arqueológica do Campus Universitário.	A falta de conhecimento da existência de uma estação arqueológica contribui sobremaneira para que a comunidade circunvizinha, trabalhadores e estudantes desenvolvam actividades não compatíveis com o sítio.

#### **Capítulo 4. A Gestão da Estação Arqueológica do Campus Universitário**

Como indicado no capítulo 2, um sistema de gestão do património cultural é composto por três elementos: o quadro legal, quadro institucional e os recursos. O quadro legal define o conceito de património (define o que deve ser ou não considerado património) bem como os vários conceitos relacionados com vista a protecção e conservação do património, como por exemplo, os próprios conceitos de preservação e conservação do património. O quadro legal determina igualmente as regras de uso e fruição pública do património por parte da sociedade (o que é permitido e o que não é permitido fazer em relação ao património) através normas, políticas, códigos de conduta, entre outros. O quadro legal cria o segundo elemento do sistema de gestão, o quadro institucional, ou seja as instituições com responsabilidades e competências na área do património (entidades gestoras do património). O terceiro elemento, os recursos, contempla as condições humanas, materiais e financeiras necessárias para levar a cabo acções de protecção, conservação e gestão do património (UNESCO *et al.* 2013:64).

#### 4.1. Quadro legal

Em muitos países existe um mandato que identifica, define, classifica, protege, conserva e divulga o património cultural. Estes mandatos são feitos por leis escritas, não escritas (normas consuetudinárias), por mandatos internacionais e convenções com objectivo de definir a existência de um sistema de gestão (Negrí 2005:6). O conjunto de leis e mandatos elaborados formam a legislação com capacidade para propor, regular, autorizar, proscreever, providenciar fundos, sancionar, declarar assim como restringir acções relacionadas com o património cultural. A legislação deve ser formalizada e desenhada especificamente para o património cultural, com indicações claras sobre o nível espacial (validade local, regional) da sua actuação (UNESCO *et al.* 2013:65-6).

Fazem parte da legislação primária a Constituição do Estado, leis nacionais e leis locais, Cartas Internacionais e Convenções. Estes tipos de legislação providenciam os instrumentos legais para a protecção do património cultural num dado território e a nível internacional (Negrí 2005:7). Na legislação secundária estão os códigos, decretos, regulamentos criados por instituições específicas para auxiliar na política de conservação e gestão auxiliando acima de tudo no enquadramento do património cultural (UNESCO *et al.* 2013:66). Importa referir que no processo de conservação e gestão do património cultural é usada a legislação complementar, feita para outras áreas mas com forte impacto na área do património cultural como: a Lei de Terras, Lei do Planeamento Urbano, Leis Ambientais, entre outras (*Ibid:* 65).

O sistema de gestão da estação arqueológica do Campus Universitário rege-se pelos seguintes instrumentos legais:

A Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro, sobre a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano, que define o termo estação arqueológica, estabelece a responsabilidade do Estado na conservação, preservação do património cultural, classifica os bens patrimoniais, indica as medidas cautelares e estabelece as penalidades aplicáveis aos depositários em caso de incumprimento das regras de conservação respectivamente (Artigos 3, 4, 7, 12 e 21).

O Decreto nº 27/94 de 20 de Julho que aprova o regulamento de protecção do património arqueológico, nos estabelece a DNPC<sup>7</sup> como autoridade competente para autorizar e cancelar licenças para trabalhos arqueológicos assim como emitir pareceres sobre a gestão do

património cultural, define as regras de utilização dos bens do património arqueológico, orienta para a necessidade da existência de um livro de tomo para os bens do património arqueológico, a existência de um inventário nacional de monumentos, Conjuntos e Sítios, estabelece a zona de protecção para bens patrimoniais imóveis, entre outros (Artigos 3, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 27).

A Resolução nº 12/2010 que aprova a Política dos Monumentos com o objectivo da promoção, valorização, preservação e fruição pública usando os Monumentos como fonte de identidade Nacional. A Política de Monumentos atribui às estações arqueológicas sem construção a categoria de sítio, estabelece os princípios orientadores com vista a garantir a conservação e gestão das estações, estabelece a zonas de protecção, prevê medidas cautelares, define prioridade de conservação, descreve a necessidade da comunicação e apresentação e considera a importância da valorização dos Monumentos quer através do turismo cultural como na educação (Artigos 4, 7, 11, 12, 14, 16 e 17).

As Normas para a Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios (2003) definem as condições e os requisitos para a classificação de bens culturais imóveis cujo valor histórico, arqueológico, arquitectónico, artístico ou natural o justifique como monumentos, conjuntos ou sítios com especial protecção. A parte das demais medidas de protecção e conservação previstos nos instrumentos acima mencionados (por exemplo, divulgação e fruição pública, turismo cultural), o Artigo 30 das “Normas” determina a zona de protecção dos imóveis em 50 metros a partir dos limites exteriores do bem classificado ou em via de classificação.

#### **4.2. Quadro institucional**

O quadro institucional é referente a estrutura organizacional responsável pela gestão do património. Permite que os métodos e acções possam ser tomadas num processo de conservação e gestão do património cultural. É responsável pelo planeamento, implementação e revisão de todos os passos (UNESCO *et al.* 2013:70). O quadro institucional é orientado do pela legislação formal ou por práticas estabelecidas pelas comunidades locais. Este quadro, reúne uma estrutura organizacional permanente podendo por vezes criar uma estrutura temporária para questões específicas. Contudo, deve definir-se especificamente em relação ao espaço geográfico de actuação, criar uma estrutura

organizacional descentralizada de modo que possa contemplar a participação dos *stakeholders* e optar pelas abordagens sustentáveis (*Ibid*: 71).

A gestão directa da estação arqueológica do Campus Universitário esta sob tutela da Direcção de Administração do Campus Universitário (DACU). A DACU foi criada através do Despacho nº 123/RT em 2012 para a segurança e saneamento de todo o espaço público/comum (jardins, parques, vias e estacionamento) no Campus Universitário. Neste quadro institucional, a estação arqueológica é gerida pelo Departamento de Parques e Jardins (DPJ) (Carlos Foquiço pers. comm. 2014).

#### **4.3. Recursos para a gestão**

Os recursos formam a base operacional no processo de gestão do património, incluindo recursos humanos, materiais e financeiros (UNESCO *et al.* 2013:75).

Os recursos para a gestão da estação arqueológica do Campus Universitário provem de diversas instituições com diferentes níveis de intervenção na gestão do sítio. Os recursos humanos da DNPC (técnicos e profissionais do património) afectos ao Departamento de Monumentos fazem a monitoria das acções de conservação dos bens culturais imóveis, no geral, com vista a garantir que as políticas e normas concernentes a conservação e gestão estão e ser levadas em consideração nos sítios patrimoniais, como e o caso da estação do Campus Universitário. Por sua vez, o Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da UEM, tem um longo historial de intervenção na estação, sendo que a mesma foi descoberta e pesquisada por arqueólogos afectos e colaboradores do DAA. Os arqueólogos do DAA prestam igualmente assessoria técnica na área de preservação do património a DNPC, entidade com a qual o DAA-UEM tem longa história de colaboração em assuntos do património. O DAA tem igualmente usado a estação para práticas arqueológicas no âmbito da formação dos graduandos no curso de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural (AGPC). Ainda no âmbito da formação, em 2014 os graduandos do curso de AGPC elaboraram Planos de Gestão para a estação arqueológica do Campus Universitário, como parte dos trabalhos práticos da Disciplina de Gestão do Património Cultural em Moçambique.

Apesar destes recursos humanos (intelectuais) para a gestão do sítio, tanto a DNPC como o DAA não tem uma intervenção directa no dia-a-dia da gestão da estação. A gestão directa é feita pelo Departamento de Parques e Jardins da DACU que apesar das acções de limpezas regulares, a DACU não tem levado a cabo nenhuma outra acção com vista a conservação e promoção da estação arqueológica. Este cenário deve-se, em parte, a inexistência de técnicos com formação e conhecimentos na área de gestão do património afectos a DACU, bem como a inexistência de canais de formação e articulação entre instituições da UEM nomeadamente, o DAA, com técnicos gestores do património cultural, por um lado, a DACU com responsabilidade de gestão e manutenção do Campus Universitário, por outro.

## **Capítulo 5. Experiências de gestão de estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique**

O presente capítulo debruça-se sobre as experiências em termos de conservação e gestão de duas estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique, nomeadamente as estações de Chibueni, na província de Inhambane e a estação da Matola na província de Maputo. A escolha das mesmas deriva do facto de serem importantes estações que muito contribuíram para o nosso conhecimento sobre as sociedades pré-coloniais em Moçambique (nível de significância alto) e que receberam, ao longo dos anos, especial atenção por parte dos arqueólogos do DAA-UEM e seus colaboradores a nível internacional (por exemplo, Universidade de Uppsala, na Suécia) e do Ministério da Cultura. Assim, a análise das experiências de gestão destas estações “sem construção” irá contribuir para uma discussão mais contextualizada sobre as estratégias de gestão para o caso da estação do Campus Universitário.

## 5.1 Estação Arqueológica de Chibuene



Figura 7. Vista parcial da estação arqueológica de Chibuene (Foto: Leonardo Adamowicz)

### 5.1.1. Breve historial

A estação arqueológica de Chibuene, localiza-se na orla marítima do Índico, a 5km da Vila de Vilanculos, na província de Inhambane com as coordenadas geográficas de 22° 02' 02'' S, 35° 19' 30'' E. A vegetação é típica de zona costeira caracterizada pela ocorrência de floresta de miombo incluindo *Brachystegia Spiciformes* e uma alta concentração de *Adansonia digitata*. A Este e Nordeste da estação arqueológica de Chibuene, encontram-se pequenas lagoas, a média anual pluviométrica varia entre os 800-1000mm por ano, a área é propícia para a produção de feijão, milho e amendoim. A fauna é rica de animais marinhos e répteis (Sinclair 1982:2).

As pesquisas arqueológicas tiveram início em 1977, ano da identificação da estação por Paul Sinclair (Sinclair 1982). Várias evidências arqueológicas foram encontradas em Chibuene, sendo que o concheiro ou a lixeira de restos de cozinha das antigas comunidades é a característica mais proeminente desta estação arqueológica. Foi encontrada na estação cerâmica vidrada de origem Persa, comprovando que a região Sul esteve desde cedo ligada ao comércio a longa distância no Índico, datada de 770 AD. Cerâmica semelhante foi encontrada em Kilwa (na Tanzânia) e Manda (no Quênia). Foi igualmente encontrada cerâmica não vidrada, pertencente as tradições Matola e Gokomere-Ziwa comparada com a

cerâmica das estações também localizadas na zona costeira de Hola-Hola e Ponta Dundo (Sinclair 1982:16). Um outro achado arqueológico que comprova que Chibuene estava interligada, muito cedo na rede do comércio com o Índico são as missangas, visto que estas apresentam semelhanças com as encontradas em Zhizo e no Grande Zimbabwe no Zimbabwe. A presença de produtos importados na ocupação inferior de Chibuene é importante porque representa os contactos comerciais antigos na costa Sul de Moçambique. Mais do que isso os contactos comerciais trouxeram consigo a difusão do Islão na África Oriental antes do século XII AD (Macamo 2009:41).

As investigações arqueológicas em Chibuene prosseguiram em 1982 com a participação de arqueólogos Moçambicanos, Suecos e Polacos. E Em 1995 as pesquisas arqueológicas foram dirigidas por Paul Sinclair e contaram com a participação de estudantes da UEM, investigadores de Madagáscar, Zimbabwe e Suécia. A partir destas pesquisas arqueológicas ficou claramente estabelecido que a tradição Matola esteve presente e coexistiu com a tradição Gokomere-Ziwa. Mais tarde Anneli Ekblom efectuou pesquisas arqueológicas no âmbito do seu projecto de Doutoramento sobre as mudanças ambientais relacionadas como alterações nos padrões de povoamento e no uso de recursos naturais, com o título *Changing landscapes. An environmental history of Chibuene, southern Mozambique* (Ekblom 2004; Ministério da Educação e Cultura 2009).



Figura 8. Concheiro da estação arqueológica de Chibuene sob efeito da erosão causa da pela erosão costeira (Foto: Alexandre António).

### 5.1.2. Experiências e práticas referentes a gestão e conservação

A estação arqueológica de Chibuene é um imóvel do património cultural moçambicano, classificado e protegida pela Lei 10/88 de 22 de Dezembro. Chibuene compreende um depósito com cerca de 100 metros ao longo da costa de Norte para o Sul. Contudo, presentemente o depósito tem sido sujeito á erosão causada pelos ventos e pela acção do mar. O Ministério da Cultura tem vindo a desenvolver esforços para a conservação desta estação arqueológica, tendo em conta a sua importância para a compreensão dos contactos comerciais a longa distância com o Oceano Indico. Os trabalhos com vista a conservação da estação arqueológica tem sido efectuados através de projectos de cooperação com a SIDA-SAREC para, a conservação das estações (Macamo 2009:40).

Um dos elementos marcantes da experiência de gestão da estação arqueológica de Chibuene prende-se com o elevado nível de participação comunitária. A participação comunitária nas pesquisas arqueológicas no Distrito de Vilankulo desde finais da década de 1970, contribuí para uma efectiva disseminação das pesquisas realizadas através de brochuras, cartazes e existência de centro de interpretação (Filipe 2006:34). O envolvimento comunitário nas pesquisas arqueológicas deriva do entendimento por parte dos arqueólogos e gestores do património de que a gestão efectiva e sustentável do património arqueológico depende da participação dos depositários desse mesmo património (comunidades locais). O envolvimento comunitário nas pesquisas e gestão da estação de Chibuene permitiu as comunidades locais integrar e reinterpretar factos da história local com base nas interpretações dos arqueólogos sobre a estação (Filipe 2006).

Algumas acções com vista a melhorar a gestão da estação de Chibuene foram levadas a acabo no âmbito do projecto *Prosseguimento das Origens Urbanas (UOFU)*<sup>7</sup>, entre 1997 e 2004. O projecto OUFU foi desenvolvido com o objectivo de popularizar a arqueologia junto às comunidades locais assim como assegurar a reciclagem do conhecimento obtido durante a investigação arqueológica sobre as origens urbanas na África Austral e Oriental. A reciclagem dos resultados iria permitir a simplificação da informação para as comunidades locais. Através deste projecto foi possível a colocação de placas de sinalização e de protecção

---

<sup>7</sup> *Urban Origin Follow Up.*

na estação arqueológica de Chibuene (Figura 11) assim como nas vias de acesso à estação (Muocha 2005:26).



Figura 9. Placas de identificação e protecção da estação arqueológica de Chibuene (Foto: Alexandre António).

Em 2004, o Gabinete Técnico Alemão (GTZ) realizou um estudo de viabilidade sobre a sinalização turística e interpretação dos recursos culturais de Inhambane. Este projecto, tinha em vista a criação de centros de interpretação<sup>8</sup>(Muocha 2005:27). Foi nessa perspectiva de criação de centros de interpretação junto às estações arqueológicas, que em 2008 foi inaugurado o Museu Arqueológico de Chibuene (Figura 13).



Figura 10. Museu arqueológico de Chibuene (Foto: Alexandre António)

De acordo com o Chefe do Departamento do Monumentos da DNPC, Alexandre António, em 2013 foram colocadas placas de sinalização ao longo das vias de acesso perto da estação

---

<sup>8</sup>Centros de interpretação são entendidos como os locais no qual se expõe e representa-se de forma didáctica e interactiva as memórias da comunidade local (Muocha 2005:27).

arqueológica de Chibuene, no âmbito do projecto sobre Preservação e Identificação de Locais Históricos (Figura 14).



Figura 11. Placas de sinalização colocadas nas vias de acesso para se chegar, a estação arqueológica de Chibuene (Fotos: Alexandre António).

## 5.2. Estação Arqueológica da Matola



Figura 12. Estação arqueológica da Matola (Foto: Anézia Asse, 2014)

### 5.2.1 Breve historial

A estação arqueológica da Matola, está situada na cidade da Matola, província de Maputo, a cerca de 20m do nível do mar, com as seguintes coordenadas geográficas  $25^{\circ} 57' S$   $33^{\circ} 27' E$ . O clima da área é tropical com chuvas sazonais a pluviosidade média anual é de 1.000mm a vegetação é típica de savana (Cruz e Silva 1977:2). A estação arqueológica da Matola foi

localizada por Senna Martinez, durante as operações de salvaguarda relacionadas com a construção da estrada que liga as cidades de Maputo e Matola na década de 1960. A identificação desta estação levou ao início de uma série de actividades de pesquisas e de estabelecimento de relações entre estações diferentes na base de colecções de fragmentos de cerâmica lá encontrada (Macamo 2006:36).

A estação é particularmente importante porque representa a primeira dispersão para a costa das comunidades de agricultores do complexo Chifumbazi na África Austral. A partir das escavações detalhadas do concheiro, em 1975 por Cruz e Silva (Cruz e Silva 1977), foi encontrada uma variedade de evidências arqueológicas: cerca de 10.000 cacos de cerâmica, algumas peças de ferro e escórias, conchas de *Crossostrea Cucullata*, vários ossos não identificados, dentes de *ortiodactyla selvagem* e algumas sementes carbonizadas (Macamo 2006:36). As evidências de cerâmica encontrada na estação arqueológica da Matola incluem: jarros com gargalo verticais ou revertidos, tigelas com contornos anguladas com caneluras, podendo ocasionalmente ocorrer um motivo de espaço no bojo do recipiente (Cruz e Silva 1977; Macamo 2006).

As datas iniciais da tradição Matola pertencem as estações arqueológicas de Matola, Campus Universitário e Zitundo datando antes dos séculos VI e VII. Morais escavou de novo a estação em 1982 e obteve três datas novas: a fase inicial da ocupação da Matola em os séculos II e III AD. Klapwiji e Huffman sugeriram o século III AD (Macamo 2006:37). Há semelhança das características dos fragmentos de cerâmica encontrada na estação arqueológica da Matola, com as já encontradas mais a norte, até ao Quênia e região dos Grandes Lagos (em especial a estação arqueológica de Kwale na Costa do Quênia) (Duarte 1988:58). Em Moçambique, a tradição Matola ocorre em estações localizadas no Baixo Limpopo, na região costeira adjacente, em Chaimite e Chibuto, Chogoene e Xai-Xai, Bilene, Siaia. Em Maputo no Campus Universitário, Caimane, Zitundo e Ponta Mamoli. A Norte do rio Limpopo em Chibuene, no Arquipélago de Bazaruto, Gurúe e no distrito de Marromeu recentemente reportado por Madiquida na província do Zambeze (Macamo 2006:37).

### 5.2.2 Experiências e práticas referentes a gestão e conservação

A estação arqueológica da Matola foi classificada pela Lei 10/88 de 22 de Dezembro como imóvel do património cultural. Consta no Inventário Nacional de Monumentos Conjuntos e Sítios sob critério espiritual e histórico (Macamo 2003:107). De acordo com a Directora da DNPC, Solange Macamo, durante o ano de 2000 foi colocada a primeira placa de identificação pelo Ministério da Cultura e em 2006 foi colocada nova placa de identificação até aos dias que correm actual (Macamo pers.comm 2014).

Recentemente, a estação arqueológica da Matola foi destruída por um projecto de desenvolvimento urbano não assente na preservação do património arqueológico. As referidas obras de construção civil foram licenciadas pelo Conselho Municipal da Matola (CMM), entidade gestora do solo urbano no Município da Matola. Em 2011 o CMM emitiu um pedido de ocupação do local (estação arqueológica) para fins de expansão de infraestruturas no âmbito do desenvolvimento urbano ora em curso. Por seu turno, a DNPC concedeu a licença dando aval para o prosseguimento das obras de construção, alegadamente por se entender que na falta de uma estrutura arqueológica visível à superfície, o nível de significância da estação era baixo pelo que justificava-se a sua destruição. Contudo, seria necessário haver a supervisão de um arqueólogo para salvaguarda do património arqueológico a ser encontrado no decurso da realização da obra de construção. Contudo, esta supervisão não chegou a ser efectuada por escassez de recursos humanos, arqueólogos e gestores do património cultural (Ministério da Cultura 2011).



Figura 13. Vistas parciais da estação arqueológica da Matola em 1986 (esquerda) e 2014 (direita) (Fotos: Leonardo Adaimowisz 1986 (esquerda); Anézia Asse 2014 (direita).

Uma rápida análise das imagens acima pode apreender-se as alterações em termos do contexto e paisagem da estação da Matola. A destruição da estação arqueológica da Matola causou indignação a certos grupos sociais alegando que interesses individuais e particulares estavam a sobrepor-se a salvaguarda de um património comum (Teixeira 2012). Por outro lado, as autoridades que tutelam os bens patrimoniais imóveis no Município da Matola (a DNPC e o CMM) argumentam que a preservação do património não pode/deve impedir o desenvolvimento socioeconómico das comunidades presentes.

### **5.3. Discussão**

A análise das experiências de gestão e conservação das estações arqueológicas de Chibuenne e da Matola permitem tirar algumas lições:

Ambas estações arqueológicas possuem considerável valor arqueológico tendo sido investigadas desde a década de 1970 e os resultados publicados em artigos, monografias e Teses. Estas estações possibilitaram, embora que a níveis diferentes, a reconstituição do modo de vida das comunidades de agricultores e pastore do I ao II milénio no Sul de Moçambique.

Apesar do seu significado cultural, estas estações merecem tratamento diferenciado em termos de práticas referentes a sua gestão. A estação de Chibuenne beneficiou de muitos projectos e iniciativas de conservação, disseminação e promoção do turismo cultural na sua maioria com financiamento estrangeiro (projecto de cooperação da SIDA/SAREC). Por seu turno, a estação da Matola beneficiou somente da colocação de placas e não alvo de acções contínuas em termos de disseminação do seu significado cultural.

Sob o ponto de vista da pressão exercida pelos projectos de desenvolvimento para a utilização de espaços, alguns dos quais com estações arqueológicas “sem construção”, nota-se que ambas estações estão expostas ao mesmo perigo (pressão imobiliária). A estação da Matola por se encontrar num contexto peri-urbano cujo complexo imobiliário tende a crescer a um ritmo acelerado. Por outro lado, a estação de Chibuenne encontra-se na zona costeira, local privilegiado pela indústria hoteleira para o desenvolvimento de infra-estruturas (construção de lodges) para o turismo (na sua maioria de sol e praia). Em ambos cenários, há um conflito ou pelo menos uma tensão entre os interesses desenvolvimentistas e conservacionistas.

A resposta da autoridade responsável pela conservação do património cultural em Moçambique (DNPC) mostra certa fragilidade em resolver esta tensão entre conservação e desenvolvimento de maneira coerente ou padronizada. Por exemplo, embora tenha emitido um parecer recomendado o acompanhamento das obras de construção no espaço da estação da Matola, a DNPC não teve capacidade de monitorar o grau de cumprimento da sua recomendação por parte dos proponentes no projecto, conforme estipulado no Artigo 22 do Regulamento de Protecção do Património Arqueológico (Decreto no 27/94 de 20 de Julho). Esta fragilidade prende-se não só a insuficiência de recursos humanos no sector da cultura, o geral, mas a inexistência de um sistema de gestão efectivo e operacional capaz de assegurar a planificação, implementação e monitorias das várias medidas referentes a conservação de bens patrimoniais imóveis, especialmente estações arqueológicas “sem construção”.

## **Capítulo 6. Considerações Finais**

A análise da forma pela qual a estação arqueológica do Campus Universitário da UEM é gerida pretendeu contribuir com alguns subsídios para a elaboração de um modelo efectivo e sustentável para a gestão de estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique. Considerando que nem todas estações podem e devem ser preservadas, bem como a exiguidade de recursos humanos, financeiros e materiais para gestão do património cultural no país, este estudo procurou reflectir sobre as experiências passadas referentes a conservação e gestão deste tipo de estações com vista a identificar potenciais áreas de intervenção no desenho de estratégias de gestão desta categoria do património arqueológico.

Como forma de atingir este objectivo, após a apresentação dos vários elementos introdutórios no capítulo um (1), o capítulo dois (2) centrou-se na análise dos sistemas de gestão para as estações arqueológicas “sem construção”, com especial enfoque para a situação em Moçambique. Coube ao capítulo três (3) documentar o objecto de estudo (estação arqueológica do Campus Universitário) e avaliar o seu significado cultural. O capítulo quatro (4), compreendeu a apresentação e análise do quadro legal e institucional assim como dos recursos humanos, financeiros referentes à gestão da estação arqueológica do Campus Universitário. No capítulo cinco (5) foi feita a análise dos sistemas de gestão de estações

arqueológicas “sem construção” com base no exemplo de duas estações arqueológicas em Moçambique. As lições apreendidas destes exemplos permitiram então fazer um estudo comparativo e contextualizar a situação analisada na estação arqueológica do Campus Universitário.

A perspectiva de análise adoptada no decurso da presente pesquisa, é a abordagem baseada no significado cultural com a qual pode concluir-se que:

(I) Não existe uma comunicação inter-institucional entre a DNPC e a DACU, sendo que a DACU tem gerido estação do Campus Universitário como um espaço comum sem ter em conta o seu significado cultural. Por outro lado a DNPC não comunica à DACU sobre a importância da gestão da estação do Campus Universitário.

(II) O nível de atenção para a conservação e gestão das estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique é atribuído com base com o nível de significância cultural de cada estação arqueológica. Ao analisar as três (3) estações arqueológicas “sem construção”, nota-se que a estação arqueológica de Chibuene pelo seu alto significado cultural (valor arqueológico) beneficiou de vários projectos de gestão nomeadamente: participação comunitária; colocação de um Museu arqueológico; placas de identificação e protecção e pesquisas variadas.

Face as conclusões acima citadas, afigura-se pertinente para a gestão de estações arqueológicas “sem construção” em Moçambique, que haja um processo contínuo e actualizado de inventariação e classificação das estações arqueológicas “sem construção”. Em seguida que as mesmas estações arqueológicas “sem construção” sejam submetidas a uma análise de modo a identificar se o seu significado cultural, esta análise deve ser feita com a integração efectiva de todas as partes interessadas devidamente orientadas pela DNPC (comunicação inter-institucional). Com base na abordagem baseada no significado cultural, deve proceder-se a elaboração de planos integrado de conservação e gestão.

## Referências Bibliográfica

Adamowicz, L. 1988. Contribuição para o Registo Computorizado das Estações Arqueológicas em Moçambique (Idade da Pedra Superior e Idade do Ferro). *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 5. Pp. 85-107.

Adamowicz, L., 1987: “Projecto CIPRIANA 1981-1985 - Contribuição para o conhecimento arqueológico entre os rios Lúrio e Ligonha, província de Nampula”, *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 5. Pp. 47-144.

Agnew, N. 1997. *Preservation of Archaeological Sites*. Getty Conservation Institute Newsletter. Los Angeles.

António, A. 2014. (in press). O papel da DNPC na gestão do património cultural em Moçambique: o caso da zona protegida da Baixa da Cidade de Maputo. Papel apresentado em seminários nas aulas de gestão do património Cultural em Moçambique, na Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 18 de Março de 2014.

Araoz, G. 2011. Preserving heritage places under a new paradigm. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable development*. Pp 55-60.

Burra Chater 1999. *The Australian ICOMOS Charter for the conservation of places of cultural significance*. Sidney: Australia ICOMOS.

CRATERRE-ENSAG-UNESCO. 2002. *Cultural Heritage and Local Development*. Paris: UNESCO.

Cruz e Silva, T. 1976. First Indications of early iron age in Southern Mozambique- Matola IV 1/68. Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos Maputo.

Cruz e Silva, T. 1987. “O sul de Moçambique e o povoamento da África Sul-Oriental na idade do ferro inferior, algumas considerações”. Maputo: CEA/ LETRAS.

Decreto nº 27/94 de 20 de Julho que aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural. *Boletim da Republica* nº 29 (I).

Diploma Legislativo nº 825, que instituiu a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique* nº 8 (I), de 20 de Fevereiro de 1943.

Duarte, T. 1992. A Importância dos estudos Sobre o Património Cultural e Diversidade Cultural. *LEBA* 7: 37-40. Lisboa: Instituto de Investigação científica Tropical.

Filipe, K. 2006. Património Vivo em Inhambane: Distrito de Vilanculos 1992-2004. Dissertação de Licenciatura. Maputo: Departamento de História – UEM.

Giblin, J. et al. 2011. Challenges for Pre-Colonial Archaeological Site Management in Rwanda. *Conservation and MGMT of ARCH. SITES*. Vol 13. Pp 174-188.

Gouveia, D. H e Azevedo, A. L. 1949. “Trabalhos do centro de investigação científica algodoeira: Característica e distribuição dos solos de Moçambique”. *Documentário trimestral*. 57, Moçambique.

Hall, M. 1996. *African Archaeology*. London: David Phillip Publishers.

ICOMOS 1990. *Charter for the Protection and Management of the Archaeological Heritage*. Prepared by International Committee for the Management of the Archaeological Heritage (ICAHM) an approved by the 9<sup>th</sup> General Assembly in Lausanne in 1990.

ICOMOS. 2005. *Threats to World Heritage Sites 1994-2004: An Analysis*. Paris: ICOMOS.

Jopela, A. (Coord.) 2014. *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura-Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC).

Jopela, A. 2006. Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres no distrito de Manica, 1943-2005. Dissertação de Licenciatura. Maputo: Departamento de História – UEM.

Jopela, A. 2007. Monitoring Rock Art Site: The case study of BNE 1, Clocolan Berg, Free State Province, South Africa. Dissertação de Licenciatura. Johannesburg: Universidade de Witwatersrand.

Jopela, A. 2010. Traditional Custodianship of Rock Art Sites in Southern Africa: a case study from central Mozambique. Dissertação de Mestrado. Johannesburg: Universidade de Witwatersrand.

Jopela, A. 2011. Traditional Custodianship: a useful framework for heritage management in southern Africa? *Conservation and Management of Archaeological Sites* 13 (2-3): 103-22.

Jopela, A; Nhamo, A. & Katsamudanga, S. 2012. Tradition and modernity: the inclusion and exclusion of traditional voices and other local actors in archaeological heritage management in Mozambique and Zimbabwe. In: Halvorsen, T. & Vale, P. *One world, many knowledges: Regional experiences, regional linkages*: 175-192. Cape Town: The Southern African-Nordic Centre (SANORD).

Katsamudanga, S. 2003. The dilemma of preserving intangible heritage in Zimbabwe. Papers from the 14th General Assembly and Scientific Symposium of ICOMOS, Victoria Falls, October 2003. <http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003>. Accessed February 2006.

Lacerda e Zancheti. 2012. *Plano de Gestão e Conservação Urbana: conceitos e métodos*. 2º ed.

Lakatos e Marconi. 2003. *fundamentos de metodologia científica*. 5º ed. Editora ATLAS S.A. São Paulo.

Lei 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a Protecção Legal dos bens Materiais e Imateriais do Património Cultural Moçambicano, Boletim da Republica no 8 (I).

Macamo, S. 1996. The Problems of Conservation of Archaeological Sites in Mozambique. In: Pwiti, G. & Soper, R, (eds.) *Aspect of African Archaeology – Papees from the 10<sup>th</sup> Congress of Pan African Association for Prehistory and Related Studies*: 812-16. Harare: University of Zimbabwe Publications.

Macamo, S. 2003. Projectos SAREC e a participação das Comunidades Locais na Pesquisa Arqueológica: o caso do Distrito de Vilankulo, província de Inhambane, Moçambique. *Comunicação apresentada na Primeira Conferencia Nacional da OSSREA*. Maputo.

Macamo, S. 2006. *Privileged Places in South Central Mozambique: The Archaeology of Manyikeni, Niamara, Songo and Degue-Mufa*. Tese de Doutoramento. Studies in Global Archaeology 4. Uppsala: University of Uppsala.

Macamo, S. 2009. Manual de Pré-História. Maputo.

Maradzi. 2003. Back to the Old School? Revival of Traditional Management Systems in Zimbabwe. Papers from the 14<sup>th</sup> General Assembly and Scientific Symposium of ICOMOS, Victoria falls, October 2003. <http://www.international.icomos.org/victoriafall2003>.

Ministério da Administração Estatal. 2005. “Perfil do Distrito de Moamba”. Moçambique. Disponível em [www.govnet.go.mz](http://www.govnet.go.mz).

Ministério da Cultura. 2003. Normas para a Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios. Maputo: Ministério da Cultura/Direcção Nacional de educação e Cultura.

Ministério da Cultura. 2011. Placa de identificação da Estação Arqueológica da Matola. *Gabinete do Ministro*. Maputo.

Morais, J. 1988. The Early Farming Communities of Southern Mozambique. Maputo: Eduardo Mondlane University Mozambique. Stockolm: Central Board of National Antiquities

Mucavele, E. 2012. Estratégias de preservação, Conservação e Valorização do Património Cultural Edificado da Baixa da Cidade de Maputo. Dissertação de Licenciatura Maputo: Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC).

Muocha, M. 2005. O Uso da Placas para a identificação do Património Arqueológico: estudo de caso das estacoes arqueológicas do Distrito de Vilanculos, 1943-2004. Dissertação de Licenciatura. Maputo: Departamento de História – UEM.

Ndoro, W. 2003. Traditional and Customary Heritage Systems: Nostalgia or Reality? The implication of managing heritage sites in Africa. *World Heritage Papers 13*: 81-84. Paris: UNESCO.

Negri, V. 2005. An overview of formal legislation on immovable cultural heritage in Africa in: Ndoro & Pwiti (eds). *Legal Frameworks for the Protection of Immovable Cultural heritage in Africa*. Pp 5-7. ICCROM Conservation Studies 5.

Regulamento de Acesso, Circulação e Estacionamento no Campus Universitário Principal da Universidade Eduardo Mondlane 2014.

Sinclair, Nydolf, N e Wickman, G. 1987. *Excavations at University Campus Maputo 1984-85*. Studies in African Archaeology 1. UEM. *Mozambique and Central Board of National Antiquities*, Sweden.

Sinclair, P. 1986. Pottery From Matola 2532 cd1, Southern Mozambique. Working Papers in African Studies n<sup>o</sup> 16.

Sinclair, P. 1987. Space, Time and Social Formation A territorial approach to the archaeology and anthropology of Mozambique c 0-1700 AD. Societas Archaeologica, Uppsaliensis. Uppsala.

Sitoe, I. C. 2003. “Análise económica da agricultura no distrito de Moamba”. Dissertação de Licenciatura. Maputo. UEM. Departamento de Produção e Protecção Vegetal.

Teixeira, J. 2012. “Um adeus à estação arqueológica da Matola”. Canal de Moçambique disponível em: <http://jorgejairoce.blogspot.com/2012/09/um-adeus-estacao-arqueologica-da-matola.html>

UNESCO-ICCROM-ICOMOS-IUCN. 2013. MANAGING CULTURAL WORLD HERITAGE. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Paris.

## **Anexo 1. Guião das entrevistas**

### **Parte 1 – Identificação da pesquisadora**

**Título do Projecto:** *Gestão de Estações Arqueológicas sem Construção: o caso da Estação Arqueológica do Campus Universitário da Universidade Eduardo Mondlane*

**Âmbito do Projecto:** Pesquisa desenvolvida no âmbito do trabalho de culminação dos estudos no curso de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural.

**Instituição:** Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

**Investigadora:** Anézia António Asse

**Telefone:** 829872709

**Email:** aneziasse@hotmail.com

### **Parte 2 - Identificação do entrevistado**

Nome:

Idade:

Sexo:

Nacionalidade (só para visitantes):

Ocupação/profissão:

Local de residência:

Local da entrevista:

### **Parte 3 – Partes interessadas, objectivo da entrevista e questionário**

<b>Parte interessada (a ser entrevistada)</b>	<b>Objectivo da entrevista (tipo de informação que pretende obter) definidos de acordo com os objectivos do trabalho.</b>	<b>Questionário (perguntas que constituem corpo da entrevista semiestruturada), numa média de questões por entrevistado.</b>
1.Moradores do bairro Polana Caniço	Significado cultural	1.Sabe da existência de uma estação arqueológica neste local?

		2. Este espaço (estação arqueológica), representa algum significado? Se sim que significado?
2. Vendedoras da área circundante à estação arqueológica do Campus principal-UEM	Significado cultural	1- Sabe da existência de uma estação arqueológica neste local? 2- Este espaço (estação arqueológica), representa algum significado? Se sim, que significado?
3. Direcção Nacional do património Cultural	Experiência de gestão das estações arqueológicas sem construção em Moçambique (Chibuene e Matola) assim como possíveis sugestões para a estação arqueológica do Campus-UEM. Compreender se existe um sistema de gestão (nacional, provincial, distrital); Compreender como e feita a actualmente a gestão e conservação de estações arqueológicas no país. Avaliar o nível de efectividade de implementação do quadro legal e institucional referente a gestão de estações	1- Quando foi criada a DNPC e fale das suas atribuições reais <sup>9</sup> . 2- Fale dos procedimentos realizados pela DNPC para a gestão de estações arqueológicas em Moçambique. 3- Quais os recursos (humanos, financeiros e materiais) Moçambique possui para a gestão de estações arqueológicas? 4- Disserte sobre os desafios da gestão desta categoria do património Cultural em Moçambique. 5- Fale das experiências de gestão efectuadas pela DNPC nas estações arqueológicas de Matola e Chibuene.

<sup>9</sup> Considerando que há atribuições citadas na lei 10/88 de 22 de Dezembro sobre a protecção Legal dos bens do Património cultural moçambicano e na Política dos Monumentos, o entrevistado deverá considerar as atribuições que a DNPC realiza.

	arqueológicas em Moçambique.	
Direcção de Administração do Campus Universitário	Informação acerca das experiências de gestão da estação arqueológica do Campus-UEM; Avaliar o nível de efectividade do quadro institucional referente a gestão da estação arqueológica do Campus-UEM.	1-Quando foi criada a DACU e quais são as suas atribuições? 2-Fale da efectividade da DACU na administração da estação arqueológica. 3-Recursos humanos e financeiros para a gestão da estação
Moradores da residência universitária-UEM (estudantes do curso de Arqueologia e gestão do Património Cultural)	Significado cultural e possíveis estratégias de gestão	1-Sabe da existência de uma estação arqueológica dentro do Campus Universitário? 2-Tem usado a área correspondente a estação arqueológica? 3-Com o que tem aprendido durante as aulas terá alguma opinião a dar tendo em conta a necessidade de contribuirmos na gestão de estações arqueológicas sem construção em Moçambique?

Para todos entrevistados

1. Gostaria de acrescentar alguma coisa/dado importante que considera pertinente?
2. Tem alguma pergunta/questão que gostaria de fazer/colocar?

*Muita obrigada pela disponibilidade e pelo apoio prestado.*

## **Anexo 2. Lista dos entrevistados**

Solange Macamo- Directora Nacional do Património Cultural.

Alexandre António-Chefe do departamento de Monumentos na Direcção Nacional de Património Cultural, Ministério da Cultura.

Carlos Foquiço-Chefe do Departamento de Parques e Jardins. Licenciado em geografia pela Faculdade de geografia da Universidade Eduardo Mondlane.

Chafim Delson Braga- Estudante Finalista do curso de Arqueologia Gestão Património Cultural.

Cesar Sebastião Mahumane- Estudante Finalista do curso de Arqueologia Gestão Património Cultural.

Anónimo-Comerciante na zona circundante à estação arqueológica do Campus Universitário da UEM.

Sandra\*- Comerciante na zona circundante à estação arqueológica do Campus Universitário da UEM.

Dona Célia\*- Comerciante na zona circundante à estação arqueológica do Campus Universitário da UEM.

Cristina Da Gloria- Residente do Bairro Polana Caniço.

Eugénia Francisco- Residente do Bairro Polana Caniço.

Pedro Mendes- Residente do Bairro Polana Caniço.

\*Nomes fictícios.